

 Johanna Brenner

*Democracia, comunidade e cuidado**

Democracy, community, and care

Todos os grupos oprimidos precisam imaginar, com a ajuda da história e da mitologia, um mundo onde a nossa opressão não pareça ser a ordem predeterminada... O erro reside em acreditar nesse passado ideal ou futuro imaginado, de forma tão completa e firme, que encontrar soluções para as desigualdades atuais perca prioridade, ou que tentemos criar soluções muito fáceis para a dor que sentimos hoje. Moraga (1983, p. 129)

Em dois grandes romances utópicos da década de 1970, *Woman on the edge of time* e *The dispossessed*¹, Marge Piercy e Ursula LeGuin, respectivamente, basearam-se em ideias anarquistas – ou seja, ideias coletivistas radicalmente democráticas – ao mesmo tempo que exploravam em profundidade as áreas da vida que têm sido o foco especial do feminismo. Elas imaginaram como as crianças seriam criadas e educadas, se o gênero sequer existiria, como os indivíduos se expressariam e experimentariam o desejo sexual, como seriam os relacionamentos humanos. Assim como as feministas da época, os dois romances pressupunham que o lar familiar

* Do original "Democracy, community and care", publicado como capítulo 8 do livro *Women and the politics of class* (2000). Direitos autorais concedidos pela Monthly Review Press (New York). Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão técnica da tradução por Flávia Biroli.

¹ Os romances também são diferentes. O subtítulo de LeGuin, "uma utopia ambígua", reflete a exploração que a autora faz das tendências repressivas na sociedade comunal, um problema que em nada é vislumbrado no romance de Piercy. Os dois romances também refletem, talvez, as diferenças geracionais no feminismo radical do pós-guerra. Enquanto o marco teórico de Piercy é Shulamith Firestone (*A dialética do sexo*), o de LeGuin seria Simone de Beauvoir (*O segundo sexo*).

privatizado e heterossexual fosse antitético a relações sociais radicalmente democráticas e igualitárias. Elas imaginavam mundos onde o gênero não fosse mais uma categoria social central, onde o desejo homossexual não fosse tratado de forma diferente do desejo heterossexual, e onde as relações monogâmicas não fossem obrigatórias, e sim escolhidas livremente. Elas visualizavam filhos e pais inseridos em uma comunidade solidária e democrática, homens e mulheres igualmente envolvidos no cuidado de outros, tarefas/prazeres essenciais da vida cotidiana (cozinhar, comer, lavar a roupa etc.) acontecendo em espaços comuns em vez de privados. Seus conceitos de criação e educação de filhos questionavam ideias dominantes sobre a necessidade das crianças de serem protegidas das exigências do mundo adulto. A educação deveria ser baseada no aprender fazendo à medida que as crianças participassem do trabalho dotado de sentido. Elas visualizavam relações mais democráticas e menos autoritárias entre adultos e crianças. Questionando a ideia de uma necessidade benevolente de controle por parte dos adultos, argumentava-se que as crianças eram muito mais capazes de autorregulação e de tomada responsável de decisões do que os adultos podiam reconhecer. Também argumentavam que o envolvimento delas no trabalho produtivo tinha que começar cedo, para que apreciassem quanto era prazeroso e gratificante contribuir para o bem comum. Em uma sociedade onde o trabalho fosse organizado por um processo de decisão profundamente democrático e voltado à satisfação das necessidades humanas, a “eficiência” no local de trabalho incentivaria, até mesmo exigiria, um espaço para o aprendizado – para não falar de horários de trabalho flexíveis (e mais curtos), liberando as pessoas para atividades enriquecedoras, de lazer e de cidadania. Essas visões utópicas surgiram a partir de algumas lutas centrais do feminismo da segunda onda, particularmente sua ala liberacionista radical. Em comparação com as feministas de hoje, as de então, diante de um sistema de família/lar patriarcal que parecia firmemente enraizado, sentiam-se mais livres para rejeitar a família como um todo. E, em um período de relativa prosperidade e segurança econômica, também eram mais livres para experimentar formas alternativas de viver.

Minha geração de socialistas e socialistas feministas que participaram das grandes ondas de rebelião contra a exploração, a opressão e a dominação colonial do pós-guerra, e que por elas foram inspiradas, foi fundamental-

mente influenciada por sua experiência histórica, uma experiência de enormes conquistas políticas, mas também de esperanças desfeitas, profundas decepções e algumas derrotas amargas. A hostilidade dos pós-modernistas às “grandes narrativas” (feministas, e também marxistas) se baseia não só na falência da comunismo, mas também no esgotamento das organizações políticas radicais (marxistas, antirracistas e feministas) dos anos de 1960 e 1970, que corporificaram as aspirações revolucionárias de nossa geração.

A quase totalidade das comunas e dos coletivos políticos “prefigurativos” da Nova Esquerda, incluindo grupos feministas, que esperavam conectar o presente ao futuro pós-revolucionário se fragmentaram e morreram. As tentativas de legislar sobre relações pessoais e vida coletiva, de “viver segundo princípios políticos” definidos em termos rígidos e estreitos, geraram intolerância, sectarismo, faccionalismo e divisões. No entanto, as perguntas às quais procurávamos responder ainda estão presentes. É hora de sacudir a poeira e retornar a essas visões imaginativas, informadas mas não derrotadas por nossos fracassos. As comunidades “prefigurativas” (grupos políticos, organizações comunitárias, locais de trabalho geridos coletivamente e espaços de convivência) são um terreno importante para conquistar novas pessoas para os ideais socialistas. Elas nos permitem praticar nossa presença em diferentes tipos de relações e experimentar nossas capacidades para a cooperação, a solidariedade e a democracia.

Do ponto de vista da década de 1990, a batalha contra a família burguesa e contra o lar imbecilizante, consumista, conformista, privatista e patriarcal pode parecer anacrônica. Há poderosas forças políticas que tentam restabelecer o ideal familiar tradicional baseado em homem provedor/mulher cuidadora, e já fomos forçados a gastar energia política demais para contê-las. Porém há contracorrentes poderosas que talvez apareçam mais na forma como as pessoas vivem do que no sistema político no qual minorias conservadoras bem organizadas têm uma influência que vai muito além de seus números. Muitas crianças passam algum tempo em uma família monoparental – geralmente de mãe solteira –; nos Estados Unidos, em quase 25% das famílias que têm dupla fonte de renda, as mulheres ganham mais do que os homens; um número crescente de famílias mistas cria muitos tipos novos de relações de parentesco; novas tecnologias reprodutivas estão acabando com conceitos de maternidade “natural”, e lésbicas e gays são mais aceitos

como pais e se mostram mais como famílias². E, até onde as circunstâncias permitem, muitos homens e mulheres estão tentando romper antigos padrões de gênero, compartilhando a geração de renda e a responsabilidade de cuidadores no cotidiano de suas famílias. Já não é convincente afirmar que apenas um tipo de família é natural, normal ou mesmo preferível. Contudo, mesmo sendo importantes, essas mudanças, no mínimo, fortaleceram a influência da família sobre os imaginários sociais e políticos populares. Embora possam estar mais democráticas internamente, as famílias também estão mais privadas do que nunca – um dos poucos lugares em que as pessoas esperam dar e receber apoio.

As mudanças políticas e econômicas adversas, na sociedade em torno da família, fecharam o espaço para imaginar diferentes tipos de comunidade. Em vez de nos organizarmos para uma alternativa revolucionária ao liberalismo da Guerra Fria e do Estado de bem-estar social, lutamos simplesmente para preservar um Estado de bem-estar mínimo. Entretanto, as questões que confrontamos ainda estão presentes. Na verdade, a vida neste centro do capitalismo global parece cada vez mais contraditória. Por um lado, há cada vez mais oportunidades para a autoexpressão por meio do consumo de uma variedade vertiginosa de identidades mercantilizadas; por outro, há uma insegurança econômica assustadora e uma preocupação com o que o futuro pode reservar. Por um lado, há uma autonomia sexual cada vez maior para as mulheres; por outro, assistimos ao abandono de mães solteiras e seus filhos, agora obrigados a sobreviver sozinhos no mercado de trabalho de baixa remuneração. Em uma época de aumento das oportunidades econômicas e políticas para as mulheres, há uma crise no cuidado, dentro e fora dos lares familiares.

Comunitaristas e autoritários religiosos estão tentando convencer os norte-americanos de que temos liberdade demais e individualismo demais. Eles argumentam que segurança, apoio e estímulo só podem surgir quando obrigação e dever são impostos pelas normas sociais, pela lei e pela realocação de recursos para incentivar escolhas individuais desejáveis e desencorajar as indesejáveis. Por mais que os comunitaristas possam criticar o capitalismo

² Para deixar claro: obviamente, as mudanças têm desvantagens muito reais. As mães solteiras estão empobrecidas; as tecnologias reprodutivas abriram novos caminhos para controlar e explorar os corpos das mulheres; dois terços da redução da diferença de gênero nos salários ocorreu não porque as mulheres estejam ganhando mais, mas porque os homens estão ganhando menos.

por seu individualismo desenfreado e pela mercantilização que promove em todas as esferas da vida, sua visão utópica é antitética ao feminismo. Eles desvalorizam as interdependências “escolhidas” (amizade, comunidades intencionais) e privilegiam laços de obrigação baseados em relações de sangue – as comunidades primordiais “de nascença”, cujas teias de interdependência nunca são questionadas e, portanto, jamais são realmente escolhidas, apenas aceitas (cf. Sandel, 1982, p. 150-52; Elshtain, 1982).

As feministas não brancas enfrentaram mais diretamente do que as feministas brancas os pontos fortes e as fragilidades das comunidades “de nascença”. Comparando as famílias das comunidades não brancas com as da classe média branca, as feministas negras e de origem latino-americana afirmam que as famílias estendidas (e o parentesco fictício) que compartilham relações de mulheres e crianças por entre diferentes famílias, assim como as normas de responsabilidade comunal pelas crianças, especialmente fortes nas comunidades negras, oferecem uma alternativa às relações possessivas e exclusivas da família burguesa (cf. Collins, 1990, cap. 6). Essa reavaliação positiva de formas familiares menosprezadas enfatiza os valores comunais e as instituições cooperativas que sustentam a resistência à supremacia branca e proporcionam uma base para que as mulheres reivindiquem autoridade em suas comunidades. Por mais importante que seja esta análise como correção à crítica feminista inicial ao domicílio supostamente universal, em que o homem era o provedor, ela ainda esclareceu pouco o outro lado da solidariedade racial em uma sociedade patriarcal e capitalista: a supressão dos desejos sexuais das mulheres; as limitações ao exercício do poder público por parte delas; as onerosas responsabilidades que elas têm de assumir pelos outros e que deixaram pouco espaço para elas mesmas; as teias da dependência financeira e emocional, por vezes esmagadora; a corrosão das relações que sofrem com o elevado peso que têm de carregar. Em um trabalho inovador que abriu possibilidades para explorar o sexismo dentro das comunidades negras e latinas, as feministas lésbicas não brancas exploraram o doloroso terreno de sua marginalização dentro de suas comunidades de origem. Elas descreveram os silêncios impostos, a regulação e a autorregulação da sexualidade das mulheres como estratégia política, os temores de traição projetados em seus corpos e em sua sexualidade, as pressões poderosas pela conformidade, e a supressão de necessidades/desejos individuais em nome da solidariedade coletiva.

Acreditamos que, quanto mais intensamente protegermos os papéis sexuais dentro da família, mais força teremos como unidade em oposição à ameaça anglo³. E, no entanto, a recusa a examinar todas as raízes da falta de amor em nossas famílias é o nosso elo mais fraco e nosso ponto mais vulnerável... Família *não* é por definição o homem em uma posição dominante sobre mulheres e filhos. Família é vínculo intergeracional, laços emocionais profundos entre sexos opostos e dentro do nosso sexo. É a sexualidade, o que envolve relação sexual ou orgasmo, mas não se limita a eles... É encontrar família entre amigos, onde os laços de sangue são formados por meio do sofrimento e da celebração compartilhados. A força de nossas famílias nunca veio da dominação; ela simplesmente resistiu apesar dela – como as nossas mulheres (Moraga, 1983, p. 110-11; grifo no original)⁴.

Ao desafiar o estreito terreno de solidariedade que tem dominado a cultura e a política de suas comunidades de origem, as lésbicas feministas não brancas têm estado entre as vozes mais eloquentes a formular, em linguagem acessível e emocionalmente direta, a defesa de uma política antirracista e feminista-socialista, radicalmente democrática, nos Estados Unidos.

A recusa do público norte-americano a se horrorizar com os casos extraconjugais de Clinton indica que os moralistas atrasados continuam sendo minoria. No entanto, os conservadores também conquistaram terreno político ao mirar em um dos pontos mais fracos do capitalismo contemporâneo: a ansiedade generalizada sobre como vamos cuidar de nós mesmos, uns dos outros, de nossos idosos e de nossos filhos, e um ressentimento latente pelo preço cobrado por esse cuidado. Os lares familiares estão mais sobrecarregados e, talvez, mais isolados do que nunca de outras fontes de apoio. Em um dos exemplos mais gritantes de hipocrisia política da nossa época, as últimas instituições públicas remanescentes através das quais se expressa algum tipo de responsabilidade social para com nossos idosos e nossas crianças – a seguridade social e a educação pública – sofrem um ataque implacável. Na atual configuração política, em que governo e público são barbarizados e o mercado é exaltado, o lar continua sendo o único lugar onde as pessoas podem imaginar relações não contratuais, reivindicações de apoio de uns aos outros, e um direito inquestionável a ter suas próprias necessidades atendidas. O romantismo do mercado capitalista, de uma so-

³ N.R.: Neste contexto, "anglo" significa norte-americano branco sem descendência hispânica.

⁴ Ver também Hammonds (1997, p. 170-82).

cidade organizada em torno do esforço individualista, só pode funcionar se as famílias estiverem presentes para juntar os pedaços (Barrett e McIntosh, 1984). Famílias abastadas estão, cada vez mais, substituindo serviços pagos antes acessíveis devido aos baixos salários dos trabalhadores. E as famílias da classe trabalhadora resolvem seus problemas de outras maneiras (contando com parentes mulheres para cuidar dos filhos; trabalhando em turnos diferentes para que pai e mãe possam se revezar para estar em casa; tendo menos filhos etc.). Mas, mesmo com essas acomodações, mantêm-se as responsabilidades pelos outros, além dos filhos: os pais idosos, o irmão que não consegue encontrar trabalho, a irmã que não consegue se sustentar sozinha como mãe solteira.

A situação produz uma espiral descendente: quanto mais as pessoas precisam contar com a família, quanto mais se concentram em aumentar os seus recursos individuais e maximizar suas próprias fortunas familiares, menos dispostas estão a sustentar famílias de outros, filhos de outros. Novos ideais de família, mais inclusivos, estão contestando a heterossexualidade compulsória e a dominação masculina dentro do lar. Mas, por si sós, não desafiam o ideal do lar familiar em si, como um porto seguro em um mundo cruel. Ideais de família novos, reformados e mais democráticos podem coexistir com uma intensificação das ideologias políticas baseadas na família e com estratégias de sobrevivência individualistas.

Um dos pontos mais fracos da economia atual é sua incapacidade de dar sustento às famílias. Assim, parece que um dos melhores argumentos contra o ataque das forças do rolo compressor capitalista é apontar a contradição entre o poder corporativo e as necessidades da família. Muitos progressistas estão tomando exatamente esse rumo: o nome do mais recente esforço do estado de Nova York pela criação de um terceiro partido, o Partido das Famílias Trabalhadoras, é um exemplo disso. Construir política em torno de “famílias trabalhadoras” é algo terrivelmente limitado e, em última análise, conservador. Que fique claro que eu não estou argumentando contra campanhas, como a greve da United Parcel Service (UPS), que protestaram contra o uso disseminado de trabalhadores em meio expediente, sob o argumento de que muitos funcionários da empresa tinham famílias para sustentar. Mas uma política centrada em “famílias trabalhadoras” simplesmente reproduz a moralidade burguesa, na qual trabalhar é um sinal de merecimento, e a família é um sinal de necessidade – como se indivíduos

solteiros fossem ou deveriam ser “autossuficientes”. E reforça o ideal de família/lar como espaço privilegiado de apoio e cuidado sociais, emocionais e econômicos. Além disso, um programa de reivindicações organizadas em torno das necessidades de “famílias trabalhadoras” oculta as formas com que diferentes tipos de comunidades são sistematicamente desfavorecidos. Algumas comunidades têm mais famílias que não trabalham do que outras. Por fim, assimilar famílias gays/lésbicas a famílias heterossexuais por meio de um foco em seus pontos comuns, como “trabalhar” ou ser “economicamente produtivas” ou “estáveis/baseadas em casal”, deixa pouco espaço para as demandas libertadoras da política sexual. Não é simplesmente uma questão de incluir direitos de expressão sexual como exigência democrática fundamental. Uma visão radical da comunidade deve reconhecer as bases eróticas/sexuais da conexão humana, desafiando tanto a repressão do conservadorismo tradicional quanto a “dessublimação repressiva” da ordem sexual contemporânea. A política *queer* cria um espaço para articular isso; em parte, porque a sexualidade *queer* não foi vinculada de forma tão direta quanto a heterossexualidade à procriação e, portanto, às instituições de reprodução social. Como demonstraram as feministas lésbicas não brancas em seus escritos e ativismo político, o medo ou a vergonha de ter o tipo errado de desejo sexual alimenta uma repressividade defensiva que se espalha por toda a comunidade. Por outro lado, apreciar nossos desejos incontroláveis os torna menos ameaçadores, e assim temos menos necessidade de regular a nós mesmos e aos outros, abrindo mais possibilidades de conexão empática e, portanto, de solidariedade.

A política baseada na família é atraente, em parte porque as comunidades estão mais frágeis do que nunca. Mas “comunidade” é, em si, um conceito amorfo. Nós falamos, pelo menos nos Estados Unidos, da comunidade empresarial ou da comunidade terapêutica nos mesmos termos em que falamos de bairros ou de espaços socialmente homogêneos. A comunidade, como um tipo específico de espaço público, como um espaço para comunicação, como tomada democrática de decisões e como cooperação em torno de tarefas e decisões cruciais, é compreensivelmente pouco desenvolvida nas sociedades capitalistas avançadas. Na economia política capitalista, as comunidades são formadas principalmente a partir de sua posição comum em relação aos mercados (por exemplo, para habitação, para empregos) e às diversas instituições que regulam a distribuição de recursos (por exemplo, governo local,

previdência, sistema de ensino). A comunidade aparece como uma arena de relações voluntárias diante dos laços necessários e mais obrigatórios da família e das ordens dos empregadores capitalistas. Assim, embora haja uma espécie de “romantismo” da comunidade e, até mesmo, talvez, um desejo real de que ela exista, nos Estados Unidos de hoje há pouco espaço para as pessoas criarem ou manterem instituições comunais. Por outro lado, no mito e na experiência histórica do país, o poder potencialmente arbitrário e repressivo das comunidades ocupa um enorme espaço. Isso só pode ser combatido por uma visão de comunidades radicalmente democráticas, que deem espaço para a variação nas maneiras em que as pessoas podem viver e participar⁵. De uma perspectiva feminista, a comunidade democrática é construída não apenas a partir de determinados tipos de estruturas políticas, mas também por determinados tipos de pessoas – pessoas que têm a capacidade de negociar tensões inevitáveis entre demandas coletivas e necessidades individuais. Essas capacidades são aprendidas inicialmente em relação a nossos primeiros cuidadores e continuam na forma como vivenciamos a nós mesmos em relação aos outros.

As feministas há muito sustentam que a criação dos filhos por mulheres dentro do contexto de família/lar isolado cria determinados tipos de personalidades generificadas, e também dificuldades fundamentais em torno da dependência para homens e mulheres. O hiperindividualismo da sociedade burguesa é reproduzido na personalidade através da estrutura familiar. A personalidade é moldada direta e indiretamente (pela forma como pais, professores e outros cuidadores vislumbram os objetivos do desenvolvimento infantil) por uma cultura capitalista que desvaloriza a dependência e supervaloriza a independência individual (entendida como liberdade em relação a laços com os outros). Mas medos relacionados à dependência surgem também de formas de parentalidade que intensificam especialmente os dilemas do desenvolvimento. Esses dilemas decorrem de uma realidade

⁵ Grande parte do nosso pensamento sobre a vida coletiva trata do problema dos aproveitadores improdutivos (*free-riders*), por um lado, e do despotismo coletivo, por outro. Estas são questões importantes. Mas o fato de serem especialmente importantes para nós diz mais sobre nossa própria sociedade do que sobre a propensão humana universal ao poder e à exploração. As evidências das relações sociais nas sociedades igualitárias de caçadores-coletores indica que elas são capazes de alcançar um equilíbrio no qual são toleradas a idiosincrasia individual e as habilidades diferenciadas para contribuir com o grupo ou se envolver em sua vida social. Os conflitos são resolvidos pelo diálogo; as diferenças são reconhecidas e, pelo menos temporariamente, reparadas através de jogos, dramatizações e rituais comunais. Ver, por exemplo, Turnbull (1981, p. 205-20).

humana: o longo período de dependência e desigualdade de poder nas relações entre os bebês/crianças e os adultos que cuidam deles. Sejam quais forem os limites existenciais ou o embasamento dos dilemas de desenvolvimento na fisiologia humana, as estruturas sociais moldam seu caráter e sua resolução. Para crianças criadas por mães isoladas e desempoderadas e por pais distantes, em lares de famílias patriarcais, as lutas de desenvolvimento giram em torno de individuação em relação a um cuidador do sexo feminino, desejos conflitantes em torno de autonomia e aproximação, medos conflitantes sobre ser deixado em paz e ser dominado (Benjamin, 1988). É necessário ter capacidade para equilibrar de alguma forma esses medos e desejos, resolvê-los de modo pelo menos “suficientemente bom”, para que os indivíduos participem positivamente do dar e receber da vida coletiva democrática – ser capazes de compartilhar poder, reconhecer as necessidades dos outros e, ao mesmo tempo, afirmar as próprias visões contra pressões em conformidade ao grupo, tolerar o conflito.

As feministas já pensaram bastante sobre essa questão, principalmente sobre como uma masculinidade rígida e defensiva, construída sobre o rebaixamento do feminino, reforça os impulsos em direção à dominação, expressos tanto na micropolítica das relações quanto na macropolítica da economia e do Estado. As feministas também exploraram, pelo menos como tentativa, a forma como o medo de separação que as mulheres sentem cria envolvimento excessivo, incapacidade de distinguir as necessidades dos outros das suas próprias, esforços para evitar conflitos, incapacidade de tolerar diferenças dentro de um grupo e projeção de impulsos agressivos sobre filhos homens, maridos e pais (cf. Segal, 1990, p. 264-68; Miner e Longino, 1987, p. 21-37; 195-208). Todas essas análises apontam para a necessidade de reorganizar a vida familiar em aspectos muito fundamentais. Uma mudança central, as feministas afirmavam, é que os homens também se envolvam com as rotinas diárias de cuidado dos filhos pequenos. Isto é importante não só para mudar a forma como meninos e meninas adquirem identidades de gênero, o é também para a criação de reciprocidade e igualdade entre os adultos, levados a ter de negociar uns com os outros formas de convívio não necessariamente baseadas na divisão sexual do trabalho. E os homens desenvolvem habilidades – a capacidade de tolerar o desamparo e responder a ele, de reconhecer e responder aos estados emocionais dos outros, de antecipar carências e necessidades – que se transferem para suas relações com adultos – com suas

parceiras, bem como com colegas e amigos (cf. Coltrane, 1997, p. 117-20; Rothman, 1989, 223-28).

As visões utópicas feministas, porém, vão mais longe do que reorganizar a divisão sexual do trabalho dentro do lar; elas rejeitam os espaços familiares privados como unidade básica da reprodução social, de trocas recíprocas de cuidado emocional e físico, necessárias para renovar a vida. As razões são sociais e psicológicas. Em primeiro lugar, as formas mais coletivas de vida cotidiana ampliam a esfera da solidariedade social e exercem uma pressão no sentido contrário aos laços privatistas e exclusivistas de parceria afetiva/sexual e das relações pais/filhos. Em segundo lugar, embora seja importante que os filhos tenham laços intensos e afetivos com algumas pessoas em particular, parece que esses laços podem se tornar mais problemáticos quando os pais não compartilham o cuidado com outros adultos. Em formas de vida mais comunais, as crianças podem usar outros adultos como um amortecedor na negociação de conflitos/tensões com seus pais. E, participando de uma comunidade de apoio mais ampla, os pais podem considerar mais fácil tratar seus filhos como indivíduos separados, em vez de extensões de si mesmos. Em outras palavras, situados dentro de uma comunidade de cuidado mais ampla, filhos e pais podem não vivenciar conflitos em relação a autonomia/separação e dependência/aproximação tão intensamente como fazemos hoje. Além disso, os laços afetivos que se estendem para além da díade mãe-filho, do triângulo edipiano ou mesmo das relações entre irmãos lançam as bases para que os indivíduos desenvolvam estruturas psíquicas que incorporem um conjunto mais amplo de identidades sociais.

Estudos comparativos sobre a criação de filhos já indicam a importância de visões culturalmente produzidas e da organização social do cuidado para a definição de caminhos do desenvolvimento infantil (cf. Coltrane, 1997, p. 180-92). Segura e Pierce (1993, p. 63-91) afirmam que a constelação familiar específica dentro da qual crianças norte-americanas de origem mexicana são cuidadas, caracterizada por um papel de mãe não exclusivo e por significativos laços intergeracionais entre avós e netas, explica, em parte, porque desenvolvem fortes identidades grupais⁶. Mahoney e Yngvesson asseveram que a forma como uma sociedade define o processo de desenvolvimento afeta os padrões de interação entre adultos e crianças. Por exemplo, entre o povo Ilongot, das

⁶ As autoras também exploram a relação entre esses padrões de criação de filhos e o "machismo".

Filipinas, o processo de desenvolvimento é entendido como uma aquisição gradual de conhecimento (e, portanto, de maior autonomia), através de uma extensa rede de interações (experiências) com vários cuidadores. Por sua vez, na classe média anglo-americana, o desenvolvimento é visto como uma luta por autonomia, considerada um rompimento com a dependência limitadora em relação aos pais (Mahoney e Yngvesson, 1992, p. 44-73).

Quais são algumas implicações dessas ideias para a ação política? Em vez de um foco político na proteção e no apoio às famílias, devemos defender a expansão, o apoio e a revitalização de comunidades, e o investimento de recursos em instituições locais de prestação de cuidados, democraticamente controladas. A entrada (tanto a escolhida como a forçada) de mulheres no mercado de trabalho remunerado prejudicou muito a base da comunidade tradicional: o trabalho não remunerado das mulheres. A crise do cuidado e seu fardo para os lares familiares individuais são uma forte porta de entrada para a política prefigurativa que propõe novas formas de relações de compartilhamento e novos tipos de locais públicos, tais como coabitação, hortas comunitárias, creches cooperativas, escolas democratizadas e centros de recreação.

Tais experimentos e reformas proporcionariam um espaço para se vislumbrar uma vida pública local e rica, e para identificar os tipos de recursos de que os indivíduos precisarão para poder participar. Por exemplo, pais e mães não poderão pertencer a creches cooperativas se não tiverem condições de sair do trabalho para cumprir o tempo exigido como voluntários. E não poderão compreender nem acompanhar o que está acontecendo com seus filhos mais velhos na escola pública se seus empregadores não lhes pagarem pelo tempo que estarão fora do trabalho. Tornar as escolas mais democráticas e convencer os professores a compartilhar o poder com pais e mães exige que estes tenham o tempo e os recursos para realmente participar dos trabalhos da escola (Levine et al., 1995). As formas de viver são condicionadas pelas instituições sociais, mas também pelo ambiente construído. Sem capital para redefinir antigas moradias, muita gente não pode participar de novas formas de conviver, como a coabitação. As comunidades de coabitação são uma combinação de domicílios individuais com espaços de convivência comuns. Espera-se que seus membros participem de um comitê responsável por algumas atividades coletivas, e a vida cotidiana é organizada em torno do compartilhamento de responsabilidades, como a supervisão adulta das crianças depois da escola e a preparação do jantar. Essas comunidades ofe-

recem novas possibilidades para ampliar o círculo de adultos que cuidam das crianças e que cuidam uns dos outros. Elas tornam mais possível que as pessoas participem da criação das crianças sem necessariamente gerar seu próprio filho. E permitem que os adultos compartilhem os fardos e os prazeres de cuidar uns dos outros. Reduzindo a pressão sobre quem mora sozinho, as comunidades de coabitação criam um espaço para uma escolha real sobre participar ou não de um casal. Essas experiências devem ser incentivadas e subsidiadas com recursos públicos, em vez de estar disponíveis apenas para aqueles que têm dinheiro para pô-las em prática (McCamant e Durrett, 1988).

A recriação da comunidade e a reconstrução de uma infraestrutura de apoio ao cuidado que não dependa da exploração do trabalho não remunerado das mulheres apontam na direção de novos tipos de investimento público: não apenas novos postos de trabalho públicos (mais recreadores, trabalhadores voltados para o cuidado das crianças etc.), mas também recursos para a construção de novos tipos de relações entre aqueles que prestam serviços e aqueles que os utilizam. A democratização de escolas públicas, creches e centros comunitários, como instituições cooperativas, exige que trabalhadores, pais, filhos e outros moradores dos bairros participem e trabalhem em conjunto. E, porque as instituições da comunidade fazem parte de um sistema público de provisão mais amplo, as normas de participação podem ser ampliadas de baixo para cima, em um sistema de governança na forma de conselhos. Esta é uma questão especialmente importante, pois o controle local também pode ter um lado restritor, até mesmo conservador. Para se oporem a tendências paroquiais, as instituições comunitárias têm de estar inseridas em um conjunto mais amplo de relações democráticas de tomadas de decisão entre si. Ao postular uma alternativa à burocracia do Estado de bem-estar social capitalista, construída de cima para baixo e com peso maior no topo, a luta pelo cuidado comunal democrático questiona efetivamente os ideólogos de direita que afirmam que só a privatização pode proporcionar controles e escolhas reais.

Há diversas portas de entrada para as iniciativas políticas que estou propondo. Nos Estados Unidos, algumas delas seriam: a luta para defender as escolas públicas contra os sistemas de subsídios⁷; o movimento para transferir

⁷ N.R.T.: A autora refere-se ao programa de subsídios (*vouchers*) para que os pais coloquem seus filhos em escolas particulares cadastradas. Embora existam variações entre os estados, o ponto central que justifica a crítica feita no texto é que se trata de subsídios públicos para escolas privadas, em vez de recursos endereçados ao sistema público de ensino.

os gastos federais em serviços militares para serviços sociais; esforços para defender as mães solteiras pressionadas a aceitar empregos mal remunerados; disputas sobre o desenvolvimento urbano e as tentativas de remodelar o ambiente construído; o uso de verbas federais por governos locais para a habitação pública. Nestas e em muitas outras arenas, podemos postular alternativas ao lar familiar sobrecarregado e isolado, tendo uma visão atracente de formas cooperativas e democráticas de cuidar de adultos e crianças.

Uma das muitas ironias do nosso presente é que, ao menos nos Estados Unidos, o crescente espaço para relações sociais mais inclusivas, mais diversificadas, mais tolerantes e mais respeitosas na vida pessoal coexiste com a redução do espaço para a democracia pública, com um cinismo em relação à vida pública. Essa ironia reflete não apenas as derrotas, mas também os êxitos dos movimentos de libertação dos anos de 1960 – seu legado cultural e político. Por mais desolador que seja o terreno político em que lutamos hoje, não podemos perder as visões comunais e igualitárias que esses movimentos criaram, nem suspender as tentativas de prefigurar essas visões através dos tipos de organizações que construímos, das reformas que propomos e dos argumentos com que as defendemos. Se, no passado, a política prefigurativa fundamentada em visões utópicas muitas vezes se tornou opressiva, podemos aprender com os nossos erros. Afastar-nos defensivamente do sonhar por termos muito medo de nos decepcionar, desejar menos por temermos não poder conquistar mais, tudo isso vai empobrecer e prejudicar nossos esforços por construir lutas políticas mais radicais. Podemos falar aos dilemas reais, às práticas e aos anseios da classe trabalhadora. A crise no cuidado ronda a vida cotidiana, criando um espaço político tanto para a esquerda quanto para a direita. Podemos entrar nesse espaço com discursos políticos e, na medida do possível, propostas concretas de novos tipos de instituições comunais que expressem nossa visão de comunidade, uma visão profunda e amplamente *democrática*.

Bibliografia

- BARRETT, Michèle & MCINTOSH, Mary (1984). *The anti-social family*. London: Verso.
- BENJAMIN, Jessica (1988). *Bonds of love*. New York: Pantheon Books.
- COLLINS, Patricia Hill (1990). *Black feminist thought*. London: Routledge.
- COLTRANE, Scott (1997). *Family man*. Oxford: Oxford University Press.

- ELSHTAIN, Jean Bethke (1982). "Feminism, family and community". *Dissent*, [s/n, s/p].
- HAMMONDS, Evelyn M. (1997). "Toward a genealogy of black female sexuality: The problematic of silence", em ALEXANDER, M. J. & MOHANTY, C. T. (eds.). *Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures*. London: Routledge.
- LEGUIN, Ursula K. (1974). *The dispossessed*. London: Harper & Row.
- LEVINE, David et al. (eds.) (1995). *Rethinking schools: an agenda for change*. New York: New Press.
- MAHONEY, Maureen A. & YNGVESSON, Barbara (1992). "The construction of subjectivity and the paradox of resistance: reintegrating feminist anthropology and psychology". *Signs*, v. 18, n. 1.
- MCCAMANT, Kathryn & DURRETT, Charles (1988). *Cohousing*. Berkeley: Habitat Press.
- MINER, Valerie & LONGINO, Helen E. (eds.) (1987). *Competition: a feminist taboo?* New York: The Feminist Press.
- MORAGA, Cherrie (1983). *Loving in the war years*. Boston: South End Press.
- PIERCY, Marge (1976). *Woman on the edge of time*. New York: Ballantine Books.
- ROTHMAN, Barbara Katz (1989). *Recreating motherhood*. New York: WNV Norton.
- SANDEL, Michael (1982). *Liberalism and the limits of justice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEGAL, Lynne (1990). *Slow motion*. New Jersey: Rutgers University Press.
- SEGURA, Denise A. & PIERCE, Jennifer L. (1993). "Chicana/o family structure and gender personality: chodorow, familism, and psychoanalytic sociology revisited". *Signs*, v. 19, n. 1.
- TURNBULL, Colin M. (1981). "Mbuti Womanhood", em DAHLBERG, F. (ed.). *Women in the gatherer*. New Haven: Yale University Press.

Resumo

O texto analisa os limites de qualquer forma privatizada familiar de organização da vida – e não apenas daquelas formadas por casais heterossexuais com filhos – para a democracia. A partir dessa análise, discute a reconfiguração das estruturas de autoridade como necessária à recriação de formas coletivas de responsabilização pela vida cotidiana. Nas sociedades contemporâneas (e o texto tem o foco sobretudo nos Estados Unidos), a precarização do

suporte para o cuidado das crianças, dos idosos, mas também do cuidado recíproco entre adultos, tem levado a políticas conservadoras de exaltação da família. Isso corresponde, no entanto, a uma sobrecarga de funções, em que especialmente mulheres e trabalhadores se veem pressionados a assumir ocupações que permitiriam prover a família e, embora as primeiras deixem pouco tempo para isso, a fornecer, no domínio privado familiar restrito, todo o trabalho e o suporte necessários ao cuidado e à reprodução cotidiana da vida. Ao mesmo tempo, as políticas do Estado de bem-estar social significaram formas não democráticas de controle, especialmente sobre as mulheres que não atendiam aos padrões convencionais, como as mães solteiras. Formas coletivas e democráticas de compartilhamento do cuidado, estimuladas por políticas e recursos públicos, permitiriam mais suporte aos indivíduos, formas mais solidárias de convivência e relações mais igualitárias.

Palavras-chave: cuidado, família, democracia, trabalho, responsabilidade coletiva.

Abstract

The paper analyzes the limits of any privatized family form of organizing life – not just those formed by heterosexual couples with children – for democracy. Based on this analysis, it discusses the reconfiguration of authority structures as necessary to re-create collective forms of accountability in everyday life. In contemporary societies (the text is focused on the US), precarization of support to care for children and the elderly, but also mutual care among adults, have led to conservative policies exalting the family. This corresponds, however, to an overload of functions where women and workers are especially under pressure to take occupations that would allow providing for their families and, although little time is left for that, to provide for all the work and support needed for care and everyday reproduction of life in the strict family private domain. At the same time, Welfare State policies meant undemocratic forms of control, especially on women who did not meet conventional standards, such as single mothers. Democratic collective forms of care sharing, encouraged by public policies and resources, would enable more support to individuals, more solidary forms of coexistence and more egalitarian relations.

Keywords: care; family; democracy; labor; collective responsibility